MEDIDA PROVISÓRIA Nº 1108, DE 2022.

Dispõe sobre o pagamento de auxílio-alimentação de que trata o § 2º do art. 457 da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, e altera a Lei nº 6.321, de 14 de abril de 1976, e a Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1943.

EMENDA Nº

Art. 1º - Suprima-se o §8º do art.75-B, contido art.6º da Medida Provisória nº 1.108/2022.

JUSTIFICAÇÃO

A Medida dispõe que o contrato de trabalho do empregado admitido no Brasil que optar pela realização de teletrabalho fora do território nacional estará sob a égide da legislação brasileira, excetuadas as disposições constantes na Lei nº 7.064, de 6 de dezembro 1982.

Apesar de aparentemente positiva, o que nos parece é que confunde teletrabalho com o labor de empregado expatriado, sendo







CÂMARA DOS DEPUTADOS

uma preocupação o fato de que a situação do trabalhador expatriado é completamente diferente da prestada pelo teletrabalhador.

O marco legal daquele é a Lei nº 7.064/82 que, embora necessite de urgente alteração, continua vigente.

Não há dúvida de que a Lei nº 7.064/82 é inadequada à realidade do trabalho, traz insegurança e está desconectada com a mais moderna prática global mas, ao misturar situações distintas, a proposta aumentará a insegurança jurídica trazendo mais confusão a uma situação que por si só já é conturbada

Sala das Sessões, _____de março de 2022.

GENINHO ZULIANI DEPUTADO FEDERAL – UNIÃO/SP



